

UM OLHAR AMPLO SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EXEMPLIFICADO PELA ANÁLISE DE UMA MATÉRIA DE REVISTA SOBRE BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A STUDY ON THE MEDIAS USING AS AN EXAMPLE THE ANALYSIS OF A JOURNALISTIC WORK ABOUT BIODIVERSITY AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Harlei Alberto Florentino

Faculdade de Educação da USP, harleif@uol.com.br

RESUMO

Temas como meio ambiente e desenvolvimento sustentável estão presentes tanto na escola como nos meios de comunicação. A ciência perpassa de várias maneiras tais temas, sendo por isso importante analisar de que forma se insere na produção de discursos e de que maneira esses são determinados por aspectos históricos e ideológicos. Partindo-se do fato de que os alunos estão expostos a discursos que contêm elementos do ensino de ciências em ambientes que não são os escolares, e pressupondo que determinadas concepções podem ser construídas a partir desse contato, justifica-se a necessidade de analisá-los.

Este trabalho contém uma análise de uma matéria da revista *Veja* com base nos pressupostos do *interacionismo social*. São considerados aspectos de linguagem, dos discursos e relações de poder, da razão e dos mitos.

Palavras-chaves: desenvolvimento sustentável, interacionismo social, análise do discurso, mito, meios de comunicação.

ABSTRACT

Subjects as environment and sustainable development are present in the school and in the medias. Conceptions of science are in some ways such subjects, being therefore important to analyse the ways how they are insert in the production of speeches and how these are determined by historical and ideological aspects. Considering the fact of that the pupils are exposed to the speeches that contain elements of the education of sciences in environments that are not the pertaining to school, and considering that determined conceptions can be constructed with this contact, it is justified the necessity to analyse them. This work contains an analysis of a journalistic work of the magazine *Veja* basing on sociocultural approach. Language aspects, speeches, relations of power, reason and myths are considered.

Keywords: sustainable development, sociocultural approach, discourse analysis, myth, medias.

UM OLHAR AMPLO SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EXEMPLIFICADO PELA ANÁLISE DE UMA MATÉRIA DE REVISTA SOBRE BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Temas como meio ambiente e desenvolvimento sustentável estão presentes tanto na escola como nos meios de comunicação. A ciência perpassa de várias maneiras tais temas, sendo por isso importante analisar de que forma se insere na produção de discursos e de que maneira esses são determinados por aspectos históricos e ideológicos. Partindo-se do fato de que os alunos estão expostos a discursos que contêm elementos do ensino de ciências em ambientes que não são os escolares, e pressupondo que determinadas concepções podem ser construídas a partir desse contato, justifica-se a necessidade de analisá-los.

Este trabalho consiste primeiramente numa reflexão sobre aspectos da linguagem, dos discursos e relações de poder, da razão e dos mitos, seguida de uma análise do discurso de uma matéria realizada pelo jornalista Alexandre Mansur, publicada em 22 de dezembro de 1999 pela revista *Veja*, com o seguinte título: *O planeta resiste aos ataques*. Esta análise tem como pressuposto o interacionismo social.

O ser humano é social por “natureza”, e toda evidência dessa condição necessariamente envolve comunicação. Considerando isto, usarei no decorrer deste texto os pressupostos epistemológicos gerais do chamado *interacionismo social*. Em diversas correntes da filosofia, como no neokantismo de Ernst Cassirer ou na *Fenomenologia do espírito* de Hegel, e das ciências humanas, como em Marx, Engels e Mikhail Bakhtin, são reconhecidos estes pressupostos gerais. Essas correntes, segundo Bronckart (2003:21),

“têm em comum o fato de aderir à tese de que as propriedades específicas das condutas humanas são resultado de um processo histórico de socialização, possibilitado especialmente pela emergência e pelo desenvolvimento dos instrumentos semióticos”.

A emergência e o desenvolvimento de instrumentos semióticos dependeu da emergência da capacidade humana da elaboração de signos, o que nos fornece uma maneira de nos distinguirmos dos demais seres vivos, que não possuem tal atributo e portanto não se comunicam por meio deles. Os humanos, ao contrário, se caracterizam pela comunicação através de signos, sendo por isso dotados de uma linguagem simbólica. Ora, se aceitamos o fato de que a linguagem se insere em um contexto social, já que é um meio de comunicação entre indivíduos, seu desenvolvimento só pode ser explicado a partir de reflexões sobre interação e negociação entre os agentes participantes.

As interações ao longo da evolução, necessariamente, envolveram alguma dose de cooperação, caso contrário o grupo diminuiria suas chances de sobrevivência devido a sabotagens de toda ordem, ou não conseguiriam, por exemplo, usufruir das vantagens da ação coordenada na caça de um grande animal. Além do que não teriam nenhum motivo ou critério que os identificasse como um grupo em particular. A formação de grupos e sua possibilidade de existência no tempo, então, dependeu, e depende, de cooperação entre os indivíduos. Mas para que esta seja possível é preciso que haja comunicação e para haver comunicação é preciso que haja um acordo entre os indivíduos de quais signos serão ou não usados pelo grupo. Ou seja, é necessário negociar.

A negociação pressupõe a existência de uma diversidade de opiniões e está relacionada com o ato de designar algo através de um signo e de uma emissão sonora. Cada indivíduo, a partir do funcionamento de seu sistema nervoso e sensorial, percebe e interage com o meio externo de maneira particular. Podemos aceitar as representações, no nível do pensamento, individuais e idiossincráticas. Mas em uma negociação, o resultado é um acordo, no qual

nenhuma das representações individuais prevalecem em sua totalidade. O que prevalece são representações parcialmente comuns e compartilhadas que podem ser comunicáveis. Assim, a linguagem é coletiva e portanto social, ao mesmo tempo que surge como uma necessidade pragmática e é uma representação do mundo.

Habermas (1987 *apud* Bronckart, 2003) sugere que três tipos de mundos podem ser distinguidos: o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo. O primeiro se refere aos aspectos do mundo físico, onde o sucesso das atividades envolvidas depende de representações pertinentes dos parâmetros do ambiente. O segundo se refere aos signos envolvidos na organização da atividade, nas modalidades convencionais de cooperação interindividual. O terceiro se refere aos conhecimentos coletivos acumulados sobre as características particulares de cada um dos indivíduos envolvidos em uma atividade, como, por exemplo, habilidade ou coragem.

Como os conhecimentos derivados de cada um desses mundos representados surgem a partir de uma atividade, eles são construções sociais e como uma atividade só se organiza a partir da cooperação e negociação entre indivíduos, o mundo social regula as modalidades de acesso desses aos objetos do meio, condicionando dessa forma a estruturação do mundo objetivo e subjetivo.

Deduz-se daí que os valores, em seu significado mais amplo, compartilhados por um determinado grupo, surgem e se definem a partir de uma linguagem e contexto social específicos. Existem diversas línguas em nosso planeta que foram geradas através de negociações e representações particulares, logo, cada língua tem sua semântica própria. Segundo Bronckart (*op.cit.*:36) “(...) é, sem dúvida, dessa diversidade da semantizações dos mundos representados que se origina uma parte importante das variações entre culturas humanas”.

No entanto, sabemos que as diferenças entre os grupos humanos não se encontram somente nas diferentes línguas. Dentro de um mesmo grupo, considerando, por exemplo, um país onde todos falam a mesma língua, há diferenças nítidas entre interesses, formas de organização, valores, e cada um desses subconjuntos, dessas formações sociais, modelam a língua também de forma particular em função de seus objetivos particulares. Nesse sentido, o indivíduo e a linguagem são ideológicos. Surge, assim, a coexistência de vários discursos, da maneira definida por Mikhail Bakhtin (1979/1985), como uma multiplicidade de sistemas de crenças verbo-ideológicas e sociais interligadas. Para ele, a constituição da linguagem é dialógica, não somente no sentido já desenvolvido aqui de que a alteridade é pressuposto básico, mas no sentido de que a língua, em seu nível estrutural, como sistema de signos, é usada para expressão de discursos diversos dentro de uma sociedade. Lentamente, traços desses discursos, muitas vezes contraditórios, são impressos na língua. Já que não são conhecidas sociedades ou grupos humanos homogêneos, o próprio sistema de signos traz consigo marcas das contradições sociais, sendo assim dialógico.

Uma decorrência interessante desse raciocínio é a percepção de que as relações dialógicas entre indivíduos (interlocutores), e entre discursos, leva a uma interpretação necessariamente dinâmica das representações de mundo produzidas por uma sociedade específica. Assim, as regras, as formas de organização, suas crenças e valores não são estáticas ao longo do tempo mas se constituem como históricas. A sociedade humana e seus espectros particulares são, para Bakhtin, polifônicas, pois são a expressão de diversas vozes, de diversos discursos. As pessoas que constantemente chegam ao mundo o encontram em processo, onde os acordos e contradições se fazem e se desfazem já de longa data. Dessa forma, qual será o seu discurso? O de uma classe social em particular? Talvez sim, se não considerássemos o caráter dialógico social, mas este leva inexoravelmente à sobreposição e imbricamento dos discursos e nesse sentido, o próprio indivíduo, quando enuncia ou expressa uma seqüência de enunciados, manifesta diversas vozes que ecoam um longo processo histórico. Ele é polifônico como ser social, ou ao inverso, um ser social porque é polifônico.

As formas de pensar geram maneiras diversas de interpretação dos fenômenos, naturais ou sociais. Apesar disso, podemos perceber ao longo da história da humanidade determinadas mudanças quanto às representações de mundo que nos possibilitam a delimitação de tendências mais gerais acerca da sociedade, esta vista de forma mais ampla, abrangendo vários grupos simultaneamente. No caso do ocidente, a “passagem” do mundo mítico para o da razão é um exemplo das diferentes formas de representação de mundo. Obviamente, dentro dos pressupostos aqui considerados, tanto um quanto outro se dá através da representação a partir da linguagem.

O “nascimento” da razão é datado no século V a.C. na Grécia. Nesse processo, a noção de veracidade se modificou. Os mitos procuravam explicar o mundo a partir de alegorias, onde não era relevante uma correlação de suas explicações com os fenômenos observados. Parece, por isso, construir um mundo fantástico e irracional, onde a veracidade é garantida por uma autoridade e não pelos fatos. Já no mundo da razão a veracidade é garantida pela realidade dos fatos e fenômenos observáveis. Segundo Francis Wolf (1996),

“A passagem às práticas racionais de veracidade pode portanto ser descrita como uma inversão: da autoridade do mestre como abonador da realidade daquilo de que ele fala à autoridade da realidade como abonadora da veracidade do que diz o locutor”.

Isto provocou uma alteração na organização geral do saber, que passou a questionar e rejeitar a tradição e a coexistência de diversas crenças díspares, como por exemplo, a multiplicidade de deuses diferentes entre os povos. Tal fato desafia a lógica que era uma característica marcante do pensamento grego. Não há no mundo mítico o conceito de regras inalteradas que podem ser universalizadas. Tal conceito é um produto das representações de mundo a partir da razão. Um exemplo dado por Ernst Cassirer (2003:77) é elucidativo:

“Segundo Tales , o mundo não era apenas água, é água: a água é o elemento constante e permanente de todas as coisas. A partir do elemento água ou ar, do “Apeiron” de Anaximandro, as coisas evoluíam, não ao acaso dos caprichos de algum agente sobrenatural, mas numa ordem regular e de acordo com regras gerais”.

Assim, uma conduta, uma crença ou um discurso são considerados racionais se rejeitam uma autoridade, em particular de toda autoridade exterior ao julgamento de cada um (preconceitos, tradições, texto sagrado, discurso do mestre etc.), e se podem ser universalizados. A universalização do discurso é dialógica, pois para algo ser universalizado, é preciso que seja enunciado e tal enunciado deve ser reconhecido como verdadeiro por seu interlocutor.

Francis Wolf (*op.cit.*) argumenta que a razão já nasceu em crise, e que tal crise é constitutiva e endógena e não acidental ou exógena. Suas idéias merecem uma atenção especial e por isso serão apresentadas a seguir.

Ele parte da tese de que a racionalização dos sistemas de pensamento não é senão a outra face do processo de democratização das instituições políticas que ocorreu na Grécia antiga. A democracia é o regime do discurso, da palavra pública, em que toda decisão pressupõe a discussão aberta, o confronto de posições e o estabelecimento de valores comuns. Nesse sistema, todos têm direito de falar e de se posicionar e, a princípio, o estatuto do locutor e a qualidade *a priori* de seu enunciado não são levados em conta. Ou seja, não existe lugar para uma autoridade superior ao coletivo. Todos são potencialmente locutores e interlocutores. Todos têm o direito igual de expor seus pontos de vista e tentar persuadir os demais. O lugar da tradição, do mestre que representava a autoridade no pensamento mítico, ficou vazio e através do desenvolvimento do regime democrático, foi potencialmente ocupado por todos. Isso era chamado isegoria pelos

gregos e de isegoria locutiva por Francis Wolf (*op.cit.*). Por outro lado, todos têm o direito de julgar o que o outro diz e deve ser tomado como verdadeiro somente o que o outro a quem se dirige considera como verdadeiro. Aí também não há um lugar garantido, do “mestre”, esse lugar está vazio e pode ser ocupado por qualquer um, pois se considera que qualquer um tem o poder de julgar o falso e o verdadeiro. Esse princípio é chamado de isocrítica interlocutiva.

Então, como se reconhece o discurso verdadeiro se ele é aquele que qualquer um pode aprovar? Primeiramente um discurso em que cada enunciado é compatível com todos os demais no seio do mesmo discurso, ou seja que haja coerência entre uma cadeia de enunciados. O julgamento é realizado sobre essa cadeia e não sobre cada enunciado “puro”, separadamente. Percebe-se, portanto, a substituição do ritual discursivo do mestre e da tradição por técnicas argumentativas. O problema no qual decorre a crise da razão está no fato de que a verdade se estabelece a partir do consentimento de quem julga o que foi dito e tais julgamentos podem ser, e frequentemente são incompatíveis. Por exemplo, é possível produzir um discurso coerente, argumentativo, para cada uma das seguintes proposições: os EUA estão certos em sua ação política pelo mundo ou eles estão errados. Ambas serão racionais, mas qual é a verdadeira? Como ter certeza do fato? Torna-se difícil discernir o que deve pertencer à universalidade interlocutiva, ou seja, ao debate e argumentação e o que só pode pertencer à universalidade objetiva, ou seja, à experiência, à teoria e à demonstração. Nas palavras de Wolf (*op.cit.*:81):

“(...) assim nos parece irracional recusar que 2 mais 2 é igual a 4 ou mesmo defender o fixismo das espécies ou a astrologia. Mas nos pareceria igualmente irracional admitir as regras da adição ou as leis da astronomia após tê-los decidido por maioria de votos”.

Devido a essas limitações inerentes do pensamento racional, o pensamento mítico, apesar de não ser o eixo condutor do pensamento ocidental desde então, não deixou de se manifestar, mas de uma forma muitas vezes fragmentada, encontrando brechas na subjetividade da linguagem e das interpretações, e também como instrumento de poder no tocante à naturalização das coisas e de discursos que facilmente se cristalizam na forma de mitos. Pois, segundo Roland Barthes (2003:199) “*o mito é uma fala*”, e portanto não se define pelo objeto de sua mensagem, mas na maneira como a profere. Seus limites são formais e não substanciais, conseqüentemente tudo poder ser mito ou mitificado. Ele não surge da natureza das coisas, mas antes, é uma fala escolhida pela história, pois é ela que transforma o real em discurso. Por isso, a mitologia faz parte simultaneamente da semiologia como ciência formal, e da ideologia como ciência histórica.

Um dos objetivos do mito, ou a conseqüência da mitificação de algo é sua naturalização. Um discurso se torna excessivamente justificado, a ponto de se perder de vista a lembrança de sua produção. É como se o julgamento de determinado discurso se tornasse dispensável, pois sendo natural é identificado como real, havendo assim uma total negligência de seu caráter essencialmente semiológico. Na realidade, o mito, quando encarregado de transmitir um conceito intencionalmente, encontra traição na linguagem, pois esta elimina o conceito, escondendo-o, ou o desmascara, dizendo-o. Assim, é necessária a elaboração de um segundo sistema semiológico para escapar ao dilema, que faz com que a relação que une o conceito do mito ao seu sentido seja uma relação de deformação. Este segundo sistema semiológico se manifesta nas diversas formas possíveis que um conceito, ou sentido no plano lingüístico, pode ser apresentado. Ele se dá através do uso de símbolos e busca associações no nível do implícito, do que está além do significado estrito das frases ou da concretude de uma imagem. Um soldado saudando uma bandeira, por exemplo, pode ser entendido literalmente, mas para compreendermos seu significado mítico devemos considerar seu caráter simbólico e os significados adjacentes a ele, que não estão explicitados. Nesse exemplo, a “imagem” remete a uma afirmação da idéia de estado-nação, do “sentimento” nacionalista, de servidão à pátria etc. Naturalizar os discursos

significa, justamente, aceitar como real o que não está explicitado. Todos, ou a grande maioria das pessoas, legitima o discurso como sendo verdadeiro, sem se dar conta de que ele não foi julgado. A isocritica nestes casos não se manifesta segundo seus princípios básicos democráticos.

Pensar sobre a burguesia e sua ideologia nesta perspectiva é um exercício interessante para entender estas reflexões. Desde a ascensão da burguesia ao campo político a partir da Revolução Francesa, a sociedade ocidental é essencialmente burguesa. Sua lógica reside basicamente no livre comércio e no direito à propriedade, sendo a produção de mercadorias, o acúmulo de capital, o estímulo ao consumo e o desenvolvimento econômico seus objetivos básicos. O exercício das práticas derivadas desta lógica levaram à disseminação e consolidação de valores constituintes de uma ideologia. Toda ideologia e seu sistema de valores é expressa e sustentada a partir de discursos específicos, que procuram se impor e obter o privilégio da verdade sobre os demais. Assim, o processo histórico, com seu combustível proveniente do dialogismo idiossincrático da humanidade é necessariamente uma disputa entre discursos, onde o próprio discurso se torna um objeto de desejo e poder.

Michel Foucault teoriza sobre as relações entre discurso e poder e elabora, dentre outros, um conceito que denomina *vontade de verdade*. Para ele toda sociedade tem, subjacente às suas práticas, uma vontade de verdade que opõe o verdadeiro e o falso. A verdade, portanto, é uma configuração histórica que se transforma segundo as contingências históricas. Apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. Em suas próprias palavras:

“(...) creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira com a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro. Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção (...) como se a própria palavra (...) não pudesse mais ser autorizada, em nossas sociedade, senão por um discurso da verdade” (Foucault, 2004:18).

O racionalismo e o positivismo, tanto no plano político econômico como na ciência, constituem o alicerce para o desenvolvimento da verdade de vontade da modernidade. A ideologia burguesa, que é constituinte das práticas e valores da modernidade, encarna de maneira natural tal vontade de verdade em seus pressupostos mais basais – a racionalidade e o positivismo - ao mesmo tempo que ajuda a determiná-la e mantê-la. Seus “discursos” sobrepujam os demais e adquirem o estatuto da verdade, de modo que os “discursos” que não manifestam, ou mesmo vão de encontro a essa forma de ver o mundo, não são “ouvidos”, não são considerados naturais e portanto são interditados. Dependendo do sistema político em questão, como, por exemplo, nos regimes totalitários, esses discursos podem ser coibidos de maneira violenta, havendo risco de sofrimento físico para quem os profere. Em sistemas democráticos há maior tolerância antes do uso de violência, mas infelizmente nem sempre é o que verificamos na prática. Mesmo assim, podemos dizer, pelo menos teoricamente, que em geral são coibidos a partir do descrédito e da atribuição de serem impertinentes, irrealis ou incoerentes (com os “fatos”).

Considera-se um fato que o pensamento racional é a base do desenvolvimento da modernidade e que a passagem do pensamento mítico para ele foi fundamental. No entanto, pode-se perceber que nossa sociedade é um campo privilegiado de significações míticas. A própria burguesia, inserida no contexto de vontade de verdade, permite o constante retorno dos mitos. Para justificar tal afirmação proponho, baseado em Barthes, uma reflexão a partir do própria designação da burguesia e do que é burguês. A denominação “burguesa” se dilui na nação. Não há partidos políticos que se denominem burgueses, por exemplo. No plano ideológico, a diluição é total. A ideologia burguesa permeia completamente a vida das pessoas, fazendo assim com que suas representações tornem-se naturais. Um exemplo claro está na idéia de progresso, que coincide com o desenvolvimento da burguesia como classe dominante. As conquistas materiais e o aumento do “controle” sobre o ambiente naturalizaram a noção de progresso, levando as pessoas a considerarem um fato que as coisas, seja no âmbito da humanidade como um todo, ou de uma sociedade em particular, ou mesmo das espécies biológicas, tendem a progredir, a melhorar naturalmente. Aceitam automaticamente o fato de que essa melhora só é possível se ancorada nas formas de vida valorizadas pela burguesia. Então, falar em progresso, remete automaticamente à ideologia burguesa, sem no entanto ser necessário dar nome aos bois. As palavras de Roland Barthes (*op.cit*: 233) explicitam ainda mais esta idéia:

“(...) a deserção do nome burguês não é, portanto, um fenômeno ilusório, acidental, acessório, natural ou insignificante: é a própria ideologia burguesa, o movimento pela qual a burguesia transforma a realidade do mundo em imagem do mundo, a História em natureza. E esta imagem é, sobretudo, notável pelo fato de ser uma imagem invertida. O estatuto da burguesia é particular, histórico: o homem que ela representa é universal, eterno”.

É fácil perceber a partir desse exemplo que várias formas são possíveis para transmissão desse significado, dessa mitificação, pois nesse sentido, o mito empobrece a comunicação humana ao reduzir a história, implícita ou explícita em um discurso ou imagem, a um ou poucos conceitos míticos, e de certa forma aprisiona a história em um discurso ideológico e mitificado.

Pensadores da escola de Frankfurt fazem uma séria crítica à idéia de esclarecimento, entendida como racionalismo, disseminada em nossa sociedade desde o Iluminismo. Para eles, tal racionalidade ao penetrar em todas as manifestações sociais, com exceção das artes, serviu por naturalizar práticas ideológicas e ligadas ao desenvolvimento do capitalismo e da indústria cultural. Theodor Adorno e Max Horkheimer (1986: 52), em seu livro “*Dialética do esclarecimento*” escrevem:

“(...) multiplicando o poder pela mediação do mercado, a economia burguesa também multiplicou seus objetos e suas forças a tal ponto que para sua administração não só não precisa mais dos reis como também dos burgueses: agora ela só precisa de todos (...) o esclarecimento se converte, a serviço do presente, na total mistificação das massas”.

Nessa escola o racionalismo é criticado como a única forma de produzir conhecimento e como mediação das relações humanas em nível social, político e econômico. Quando o poder de julgamento das massas se dissolve na naturalização de idéias e práticas que são pressupostos e não verdades essenciais no sentido socrático, o terreno esta preparado para as mais variadas formas de mistificação. A disseminação de tais pressupostos se intensificou com o desenvolvimento dos meios de comunicação, que serviram de instrumento para uma ideologia burguesa, culminando no que é conhecido como indústria de massa ou, segundo Adorno,

indústria cultural. Em suas palavras: “as inúmeras agências de produção em massa e da cultura servem para inculcar no indivíduo os componentes normalizados como os únicos meios naturais, decentes, racionais” (op.cit:40).

Assim, o “programa” do iluminismo que era o de desencantamento do mundo e que tinha como meta acabar com os mitos ao substituir a imaginação pelo saber acabou por preparar o terreno para o “retorno” dos mitos no momento em que o próprio racionalismo se mitificou.

As incertezas na esfera pública também criam condições para o desenvolvimento de mitos na política. Cassirer (op.cit.: 326), ao tentar explicar o desenvolvimento dos regimes totalitários do século XX, escreveu:

“O homem moderno já não crê numa magia natural, continua acreditando numa espécie de “magia social”. Se um desejo coletivo é sentido em toda a sua força e intensidade, o povo pode ser facilmente persuadido de que tudo quanto necessita é de um homem providencial capaz de satisfazê-lo. Nesse ponto sente-se a influência da teoria de Carlyle sobre o culto do herói”.

Em situações difíceis, quando os valores básicos que sustentam a sociedade sofrem abalos, os indivíduos se sentem impotentes, preferindo transferir suas responsabilidades para “alguém” que os proteja e resolva a situação. O conceito e o valor que se dá à liberdade individual se relativizam nesses momentos. Assim, em tempos de crise, a crença generalizada de que a vontade de um ou poucos homens com poder podem materializar o desejo de toda a população é facilmente desenvolvida. A intensidade desse desejo coletivo acaba sendo personificada no “chefe”, que adquire um poder ilimitado, mítico, no sentido de que sua vontade se torna a lei. Dessa forma, a ideologia associada aos “salvadores da pátria” é aceita e vista como a única maneira para a solução dos problemas. Quando a crise se manifesta a partir da relação entre diferentes povos, explicações míticas podem surgir como forma de afirmação de identidade e de representação do outro. Um exemplo disso é a ascensão do nazismo e as representações, criadas por ele, dos povos com base no darwinismo social e no culto da raça de Gobineau. Outro exemplo é a luta do “bem contra o mal”, encabeçada pelos EUA contra o terrorismo e disseminado atualmente pelos meios de comunicação.

Considerando-se o caráter dialógico da linguagem e as relações de poder que necessariamente se manifestam no jogo social, pode-se facilmente perceber que a política, efetivada a partir da interação entre discursos, é campo frutífero para o desenvolvimento de mitos.

Pensar sobre os meios de comunicação é também pensar sobre todas as questões aqui apresentadas. Parto do princípio de que para poder entender de uma forma mais ampla os efeitos gerados a partir dos meios de comunicação – suas formas de produção, seleção de discursos e conseqüentes mitificações – devemos contextualizá-los também de forma mais ampla. Este foi meu objetivo, a partir dessas reflexões, para analisar a matéria que se segue.

Considerando-se inicialmente as condições de produção, temos o seguinte: a matéria foi publicada em uma edição especial da revista Veja sobre a virada do milênio. Contém uma retrospectiva do século XX e assuntos contemporâneos. A avaliação geral apresentada pela revista é positiva, inclusive da política brasileira. Um item do índice serve como exemplo, “O país termina o ano melhor do que começou”. Sendo o Brasil um país que vive sob um regime democrático e que almeja fazer parte do grupo dos países desenvolvidos, espera-se que o povo apoie a democracia e tome como modelo as ações desses países. Se existem soluções para os problemas, inclusive os ambientais, estas virão dos desenvolvidos e não dos atrasados. O autor da matéria insere-se nesse contexto ao escrever para uma revista que apoia a democracia e que pretende (neste momento) transmitir uma visão positiva da democracia e do Brasil, que deve se tornar tanto melhor, quanto mais próximo estiver dos países desenvolvidos e democráticos.

Nesse sentido, o locutor pode estar se referindo a um interlocutor a sua própria imagem, já que o discurso produzido pela sociedade acaba por tornar quase que indiscutíveis valores associados à democracia e ao progresso material.

O locutor apresenta uma visão otimista da questão ambiental na virada do século, associando-a com formas de governo e índice de desenvolvimento. Legitima o desenvolvimento sustentável e cita o Brasil como exemplo, colocando-o ao lado dos países desenvolvidos. Busca a adesão do leitor a um discurso “verdadeiro”, utilizando-se de uma linguagem impessoal, em terceira pessoa, nunca em primeira pessoa, o que provoca o efeito de sentido segundo o qual informações e fatos se confundem. Pois, como se sabe, a universalidade, a busca da verdade universal é uma das marcas do discurso científico. O leitor, assim, não podendo discordar dos fatos, acaba por aderir ao discurso do locutor. É como se os fatos falassem por si sós, é como se a única possibilidade de verdade fosse aquela apresentada pelo locutor. Como exemplo cito um trecho do último parágrafo: *“O Brasil faz parte de um grupo de países intermediários. As queimadas e as madeiras continuam a destruir a Floresta Amazônica sem que as autoridades consigam impedir, mas a sociedade começa a se incomodar com a sujeira.”*, ou o final do primeiro parágrafo: *“Dizia-se que, no ano 2000, as pessoas precisariam usar máscaras de oxigênio nas grandes cidades como Tóquio, São Paulo e Los Angeles.”* Além do que, justifica tais fatos afirmando que há estudos comprovando-os.

Utiliza-se, também, de certas significações como se fossem equivalentes: “democracia”, “desenvolvimento”, “planeta mais saudável”, “países desenvolvidos”, “países atrasados”, “humanidade”, “responsabilidade ambiental”, “tecnologia”, “autoridade”, “expressar”, “crescer”, “enriquecer”, que como argumentarei mais adiante, constroem uma posição política atraente, baseada na democracia, no poder do povo, no crescimento, na responsabilidade ambiental. Dessa forma, o autor acaba por justificar um otimismo através de uma ideologia política comum ao povo ocidental. Isto se torna mais evidente quando se observa os fatos citados no início e no final da matéria:

Trecho inicial: *“O homem devastou florestas, poluiu o ar das grandes cidades, contaminou rios com produtos químicos, exterminou espécies animais e abriu um buraco na camada de ozônio”*

Trecho final: *“Em função do efeito estufa, os últimos 25 anos foram os mais quentes da história. O uso indiscriminado de agrotóxicos contamina rios e lagos. Já há 1000 espécies de praga imunes a pesticidas. Alguns problemas graves persistem, principalmente nos países atrasados. Há muito o que fazer ainda, mas tudo indica que o pior momento já passou”*.

Os problemas ambientais continuam os mesmos. Os dados apresentados por si só não justificariam um otimismo. Este otimismo parece estar baseado no desenvolvimento tecnológico, na democracia e na responsabilidade ambiental, características dos países desenvolvidos. Portanto é nos países atrasados que os “*problemas graves*” são predominantes. Outro ponto interessante está na escolha de quais sujeitos são explicitados. No primeiro trecho, o responsável pela destruição ambiental é o “*homem*”, ou seja, a humanidade, não havendo forma de atribuir culpa a qualquer subconjunto desta (obviamente também não aos países desenvolvidos). Já no segundo trecho, “*os países atrasados*” são explicitados e associados aos problemas graves que ainda persistem.

O quadro presente na matéria que apresenta o “saldo ambiental” também sugere um ponto de vista otimista que pode influenciar o leitor. No canto esquerdo e superior do quadro está escrito: “*o balanço do século não é dos piores*” e ao seu lado um ícone representando um rosto sorrindo indicando “bom”, e de um rosto triste, indicando “ruim”. Em todo o quadro existem 4 ícones indicando “bom” e três indicando “ruim”.

Também o título da matéria e em destaque, logo abaixo, a frase “*Apesar do desmatamento e da poluição, o mundo não está tão mal como se previa*” tornam explícitas a

posição do locutor. Não tão explícitas são as formas e significações que podem levar à adesão do leitor.

Como justificativa de uma análise em que uma ideologia política é utilizada como forma de buscar a adesão do leitor, e de que os aspectos informativos do texto se deixam comprometer pelas significações, vou me remeter a noção de entidade dominante e dominada e de equivalência de enunciados (Osakabe, 1999).

O dominador é o locutor, pois é ele quem enuncia e no momento que enuncia manipula as coordenadas do discurso. A entidade dominada se caracteriza pela inércia, pois como é o caso da leitura de uma matéria, não se realiza um diálogo entre o locutor e o leitor em tempo real, ou seja, o discurso de um não é produzido na sua interação com o outro. No entanto, a interação se dá no momento da leitura, sem a qual um texto não cumpriria seu papel sócio cultural, tornando-se apenas associado ao universo do indivíduo. A matéria sugere que o locutor não escreve para qualquer leitor e que busca sua adesão. A forma como o locutor coordena o seu discurso pode ser analisado levando-se em conta as condições de produção, o que traz consigo as perguntas formuladas por Michel Pêcheux (1975): quem sou eu para lhe falar assim? e, quem é ele para eu lhe falar assim? cujas respostas forneceriam o jogo de imagens que sustentariam a produção do discurso, acrescidas de uma definição da natureza do ato a que o locutor visa praticar e a relação deste com o leitor (Osakabe, 1999).

Diversos trechos de enunciados servem como dados para análise, de que argumentos políticos ideológicos justificam o otimismo com relação às questões ambientais e não os fatos apresentados na matéria. Abaixo uma relação dos considerados relevantes:

- 1) “...a humanidade caminhava em direção ao caos.”
- 2) “O tempo mostrou, contudo, que é possível crescer – e enriquecer – com responsabilidade ambiental”.
- 3) “Era preciso um governo sério que cumprisse sua missão de fiscalizar sem se corromper e uma sociedade em que as pessoas pudessem exigir providências da autoridade. Ou seja, a proteção ambiental depende diretamente da democracia”.
- 4) “Os estudos confirmam isso. Procure-se um país onde não há democracia, ou seja, onde a sociedade não tem o direito de se expressar, e lá se irá encontrar a devastação. Africanos ainda queimam lenha das árvores para cozinhar...”
- 5) “Já nos países desenvolvidos os indicadores ambientais são animadores.”
- 6) “O mico-leão-dourado, brasileiro, o mais famoso primata do país, que saiu da lista de animais em risco de extinção: o tempo mostrou que é possível crescer e enriquecer com responsabilidade ambiental”.
- 7) “Alguns problemas graves persistem, principalmente nos países mais atrasados. Há muito o que fazer ainda, mas tudo indica que o pior momento já passou. O mundo entra no próximo século com a perspectiva de continuar se desenvolvendo, em um planeta mais saudável”.

Nenhuma dessas enunciações são postas em discussão pelo locutor e somadas à forma como os fatos foram apresentados, o texto, que poderia ter um caráter informativo, acaba por ter um caráter persuasivo.

O primeiro enunciado citado, que aparece logo no início da matéria, sugere que a humanidade, que antes caminhava para o caos, hoje não caminha mais. Caminha para algo diferente do caos. O segundo enunciado aponta, com a ajuda da história, que o desenvolvimento sustentável ocorreu. Pode-se crescer e enriquecer com responsabilidade ambiental. Este enunciado fala em favor da indústria que promove desflorestamento de um lado e reflorestamento do outro. É omitido pelo locutor que o desenvolvimento do capitalismo e conseqüentemente das indústrias, é responsável pelo aumento da desigualdade social e permitiu a criação das expressões, “*países desenvolvidos* e “*países atrasados*” O terceiro enunciado traz a

idéia de que a democracia é fundamental para a preservação ambiental e de que o povo é ativo no processo. O quarto enunciado justifica as idéias presentes no terceiro ao apresentar dados que foram obtidos a partir de estudos. Percebe-se a construção de autoridade pela busca de uma voz de poder que é a ciência, a qual pode ser entendida, neste caso, como politicamente neutra. Ela não toma posição e sim apresenta fatos. A ciência então, corrobora a idéia de que a democracia é fundamental para a preservação, já que em países não democráticos há devastação. Os problemas ambientais, portanto, são decorrência do tipo de regime e do nível de desenvolvimento. O autor não menciona que a lógica do desenvolvimento capitalista, empregada pelos países “democráticos” desenvolvidos, é responsável pela maior parte da devastação ambiental em seus territórios e nos territórios dos países “atrasados” e “não democráticos”. Também compartilha do mito em que o capitalismo é automaticamente associado à democracia. Interessante notar que segundo o enunciado, a África como um todo, como se fosse um único país, vive queimando lenha das árvores para cozinhar. Está implícita a idéia de um continente considerado atrasado, não democrático e agora, também responsável pelos problemas ambientais do planeta. Além do mais, queimar lenha não favorece indústrias e empresas, que têm responsabilidade ambiental, portanto deve ser combatido. Em nenhum momento a matéria traz enunciados provenientes destes “países atrasados”, o que demonstra a tomada de posição do locutor e o caráter persuasivo da matéria. Não é colocado em questão, por exemplo, o modo de vida ou o significado da extração da lenha nestes países..

O quinto enunciado reforça o argumento dos países desenvolvidos dando exemplo de preservação ambiental em seus territórios, nada sendo citado sobre as ações desses países em territórios dos países atrasados, já que atualmente as manifestações capitalistas são amplamente globalizadas.

O sexto enunciado aproxima o Brasil da condição de país desenvolvido ao associar a eliminação de um animal do risco de extinção com um desenvolvimento sustentável (crescer e enriquecer com responsabilidade ambiental). Quem cresce e enriquece são os países desenvolvidos, assim também como os que têm responsabilidade ambiental. Interessante notar que o trecho: “*o tempo mostrou que é possível crescer e enriquecer com responsabilidade ambiental*” aparece no segundo enunciado, e precede no texto da matéria a relação feita entre países desenvolvidos, democracia e preservação ambiental. O locutor utilizou-se da mesma construção, em destaque na matéria, para finalizar este enunciado, só que agora relacionando-o com o Brasil. O argumento usado pelo locutor é frágil pois usa como símbolo de transformação, de que a sociedade começa a se incomodar com a “sujeira”, a triplicação do mico-leão-dourado (inclusive há uma foto de um mico-leão tomando grande parte do espaço onde foi escrita a matéria). É discutível se a sociedade teve uma real participação neste caso, pois é somente informada pelos meios de comunicação de fatos como este. Não houve e não há “votação” ou qualquer outra forma de a sociedade como um todo optar pela preservação desta ou daquela espécie. A preservação do mico-leão-dourado pode ter acontecido por um acúmulo de casualidades, desde o interesse particular de alguns pesquisadores ao interesse de instituições que liberam verbas para pesquisa, públicas ou não. Sua preservação não aconteceu baseada em uma análise de importância ecológica. A possibilidade de extinção de insetos polinizadores, por exemplo, que possuem uma importância ecológica indiscutível, não sensibiliza a população como um mico-leão-dourado ou um boto-cor-de-rosa, causam repulsa, e nem ficariam tão atraentes como imagem em uma matéria como esta. Muitas outras espécies estão correndo risco de extinção ou já foram extintas sem que a sociedade soubesse ou pudesse tomar alguma atitude.

O sétimo enunciado reforça a idéia de que nos países atrasados é que estão os problemas mais graves, ou seja, nos países desenvolvidos os problemas estão praticamente resolvidos. Há uma relação entre país atrasado e ausência de democracia na matéria, sugerindo que a expressão “*Há muito o que fazer ainda, mas tudo indica que o pior já passou*” esteja relacionada com a difusão da democracia pelo mundo. No passado havia a ameaça da guerra fria, hoje temos uma

potência hegemônica que continua pregando a democracia pelo mundo mas não possui rivais não democráticos a altura em termos de armamentos para pô-la em risco. Por fim, conclui associando desenvolvimento com planeta saudável.

Pode-se perceber a partir de tais reflexões e análises que a subjetividade inerente à comunicação humana permite a transmissão simultânea de uma série de significados. A importância de levar tal fato em consideração se coloca para qualquer um que esteja interessado em compreender como determinadas concepções são criadas. Os meios de comunicação são importantes nesse processo e portanto devem ser analisados de uma forma que transcenda a mera correção de conteúdos científicos, pois as concepções sobre ciência, e demais aspectos do conhecimento, não são construídas somente nas escolas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W., HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1986.

BAKHTIN, M. (1979) *Estética de la creación verbal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 2ª ed., 1985.

BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2003.

BRONCKART, J.P. *Atividade de linguagem, textos e discursos*: São Paulo: Editora Educ, 2003.

BRUNO, L. E. N. B. *Estudos sobre Poder, Ideologia, Trabalho e Educação*. 2004. Tese de livre-docência. FE/USP.

CASSIRER, E. *O mito do estado*. São Paulo: Editora Códex, 2003.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

GADET, F. & Hak, T. (orgs) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E.P. *Discurso e leitura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

WOLF, F. Nascimento da razão, origem da crise. In: NOVAES, A. (org). *A crise da razão*. p. 67-82. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.